



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 17, n. 1, Jan./Jun., 2025

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 31.01.2024. Revisado por pares em: 21.04.2024. Reformulado em: 21.05.2024. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2025v17n1ID35226

Análise das provisões e passivos contingentes nas companhias listadas na B3

Analysis of provisions and contingent liabilities in companies listed on B3

Análisis de provisiones y pasivos contingentes en empresas cotizadas en B3

Autoras

Gabriella Janete Espindula

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço: Campus Reitor João David Ferreira Lima - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil. CEP: 88040 - 900. Telefone: (48) 3721-3892. Identificadores (ID):

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-1957-5159>

E-mail: gabriellaespindula@hotmail.com

Maíra Melo de Souza

Doutorado em Administração. Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço: Campus Reitor João David Ferreira Lima - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil. CEP: 88040 - 900. Telefone: (48) 3721-3892. Identificadores (ID):

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9237-1348>

E-mail: mairameloufsc@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5725617877441002>

(Artigo apresentado no 3º Seminário Catarinense de Estudantes de Ciências Contábeis/2023).

Resumo

Objetivo: Analisar o nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras.

Metodologia: Foi observada uma amostra de 406 empresas listadas na B3. Para análise do nível de evidenciação obrigatória e voluntária foram elaboradas duas listas de verificação com base nas determinações do pronunciamento contábil CPC 25.

Resultados: Os tipos mais recorrentes de provisões e passivos contingentes possíveis e remotos existentes nas companhias da amostra foram, respectivamente: trabalhistas, cíveis e tributários. Os setores com maiores níveis de evidenciação das provisões foram: Utilidade Pública, Saúde e Tecnologia da Informação. Em relação aos Passivos Contingentes Possíveis, os maiores níveis

de evidências das companhias que obtiveram lucro foram observados nos setores de Saúde, Utilidade Pública e Consumo Não Cíclico. No que compete à divulgação voluntária, os setores de Utilidade Pública e Consumo Cíclico apresentaram maior média de evidência e maior média de expressividade, o que pode representar possíveis tendências destes setores a divulgar suas contingências remotas.

Contribuições: A pesquisa contribui com a literatura demonstrando como as companhias abertas brasileiras estão tratando a divulgação de suas provisões e passivos contingentes, abordando a divulgação obrigatória e voluntária destas situações, que são relevantes porque possuem alto potencial de impacto no resultado do exercício, caso não sejam divulgadas adequadamente, representam riscos para os investidores e demais usuários externos da empresa.

Palavras-chave: Provisões. Passivos contingentes. CPC 25. Evidência contábil.

Abstract

Purpose: Analyze the level of mandatory and voluntary disclosure of provisions and contingent liabilities in Brazilian publicly traded companies.

Methodology: A sample of 406 companies listed on B3 was observed. To analyze the level of mandatory and voluntary disclosure, two checklists were created based on the determinations of accounting pronouncement CPC 25.

Results: The most recurrent types of provisions and possible and remote contingent liabilities existing in the companies in the sample were, respectively: labor, civil and tax. The sectors with the highest levels of provision disclosure were: Public Utilities, Health and Information Technology. In relation to Possible Contingent Liabilities, the highest levels of disclosure of companies that made a profit were observed in the Health, Public Utilities and Non-Cyclical Consumption sectors. Regarding voluntary disclosure, the Public Utility and Cyclical Consumption sectors presented a higher average of disclosure and a higher average of expressiveness, which may represent possible tendencies of these sectors to disclose their remote contingencies.

Contributions of the Study: The research contributes to the literature by demonstrating how Brazilian public companies are dealing with the disclosure of their provisions and contingent liabilities, addressing mandatory and voluntary disclosure in these situations, which are relevant because they have a high potential impact on the results of the year, if they are not disclosed, it is expected to pose risks to investors and other external users of the company.

Keywords: Provisions. Contingent liabilities. CPC 25. Disclosure.

Resumen

Objetivo: Analizar el nivel de divulgación obligatoria y voluntaria de provisiones y pasivos contingentes en empresas brasileñas que cotizan en bolsa.

Metodología: Se observó una muestra de 406 empresas que cotizan en B3. Para analizar el nivel de divulgación obligatoria y voluntaria, se crearon dos listas de verificación con base en las determinaciones del pronunciamiento contable CPC 25.

Resultados: Los tipos de provisiones y pasivos contingentes posibles y remotos más recurrentes existentes en las empresas de la muestra fueron, respectivamente: laboral, civil y tributaria. Los sectores con mayores niveles de divulgación de provisiones fueron: Servicios Públicos, Salud y Tecnologías de la Información. Con relación a Posibles Pasivos Contingentes, los mayores niveles de divulgación de empresas que obtuvieron ganancias se observaron en los sectores de Salud, Servicios Públicos y Consumo No Cíclico. En cuanto a la divulgación voluntaria, los sectores de Servicios Públicos y Consumo Cíclico presentaron un mayor promedio de divulgación y un mayor promedio de expresividad, lo que puede representar posibles tendencias de estos sectores a revelar sus contingencias remotas.

Contribuciones del Estudio: La investigación contribuye a la literatura al demostrar cómo las empresas públicas brasileñas están abordando la divulgación de sus provisiones y pasivos contingentes, abordando la divulgación obligatoria y voluntaria de estas situaciones, que son relevantes porque tienen un alto impacto potencial en los resultados de del año, si no se divulgan adecuadamente, representan riesgos para los inversionistas y otros usuarios externos de la empresa.

Palabras clave: Provisiones. Pasivos contingentes. CPC 25. Divulgación contable.

1 Introdução

Provisões e passivos contingentes são classificados conforme sua probabilidade de ocorrência, dependendo a extensão de seus valores e o atendimento ou não dos critérios de reconhecimento, a falta de divulgação contábil destes fatores pode causar relevantes impactos na tomada de decisão dos usuários externos (Fonteles et al. 2013).

Provisões são passivos em que existe incerteza quanto ao prazo de vencimento ou valor, nestes casos é provável que a empresa precise desembolsar recursos para quitar a obrigação e a estimativa do valor é passível de ser realizada com confiabilidade (CPC 25, 2009). Já os passivos contingentes são possíveis obrigações que serão confirmadas por um ou mais eventos incertos e não controlados pela entidade, ou nos casos em que existe uma obrigação presente que não foi passível de mensuração confiável ou sua saída de recursos não é provável (CPC 25, 2009).

As provisões devem ser reconhecidas no passivo da empresa e divulgadas em notas explicativas (NE). Já os passivos contingentes não devem ser reconhecidos contabilmente, eles apenas devem ser divulgados nas notas explicativas, em virtude de se tratar de possíveis obrigações que ainda serão confirmadas com base em fatos que não são de controle da entidade. Entretanto, quando as chances de ocorrência dos passivos contingentes forem remotas (praticamente nulas), a legislação não exige divulgação, a menos que as companhias optem por realizá-la de forma voluntária (Santos et al., 2022).

Os passivos contingentes precisam ser monitorados, pois as chances de sua ocorrência podem se tornar prováveis e dessa forma se tornam provisões que deverão ser reconhecidas no resultado do exercício. Dependendo a magnitude dos valores envolvidos, os impactos podem ser relevantes (Jesus & Souza, 2016).

Tendo em vista os riscos e impactos que os passivos contingentes e as provisões podem ocasionar, a adequada divulgação destas informações em notas explicativas vem sendo cada vez mais requerida pelo mercado, visto que auxilia os usuários externos a realizarem uma interpretação mais amplificada quanto ao desempenho da organização, levando em

consideração que o resultado exerce relevante representatividade na perspectiva das projeções futuras de uma empresa (Mesquita et al., 2018).

Alguns estudos verificaram um baixo nível de divulgação das provisões e passivos contingentes nas companhias brasileiras (Hennes, 2014), como exemplos, pode-se citar: Garcia (2015) que verificou que as companhias não estão totalmente adequadas ao CPC 25 (2009), e Rosa e Souza (2018) que constataram um baixo nível de divulgação relacionado a provisões e passivos contingentes fiscais.

O tema provisões e passivos contingentes é normatizado no Brasil pelo Pronunciamento Técnico Contábil CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 26 de junho de 2009, possuindo correlação com a norma internacional IAS 37 (*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*) do *International Accounting Standards Board* (IASB) (CPC, 2024).

No Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) estão estabelecidos os requisitos mínimos de divulgação acerca das provisões e passivos contingentes, visando auxiliar os usuários externos na análise e tomada de decisões (CPC 25, 2009). Os investidores buscam por empresas que apresentam uma maior transparência das informações nos seus relatórios contábeis. Uma política de divulgação adequada e completa pode proporcionar uma relação direta entre a empresa e os usuários externos (Hendriksen & Van Breda, 2018).

A este respeito, Suave et al. (2013), destacam que para que os usuários externos obtenham informações mais claras e precisas sobre os riscos relacionados aos passivos contingentes e provisões de determinada empresa, faz-se necessária a divulgação envolvendo os valores contingenciais, tendo em vista que apenas os usuários internos possuem acesso as estimativas de riscos relacionadas a atividade da empresa, a divulgação adequada diminui a assimetria informacional entre usuários externos e internos.

Analisando a norma CPC 25 (2009) é possível perceber que a divulgação de provisões é obrigatória, mas a evidenciação dos passivos contingentes se divide em obrigatória e voluntária, pois se as chances de ocorrência da obrigação forem possíveis (menores que 50% de chances) é requerida obrigatoriamente a divulgação em notas explicativas. Por outro lado, se as chances de saída de recursos forem remotas (praticamente nulas) não é requerida a divulgação, a menos que a empresa a realize de forma voluntária.

Nessa conjuntura, de acordo com notícia divulgada pelo Jornal Valor Econômico (2021), o prejuízo com provisões para perdas judiciais cresceu em 88 bilhões no ano de 2020, ápice da pandemia. Nessa perspectiva a realização de pesquisas abordando o tema provisões e passivos contingentes são pertinentes, considerando que a falta de divulgação destas informações pode conduzir uma tomada de decisões imprecisas e/ou equivocadas (Jornal Valor Econômico, 2021).

Considerando o exposto e visando contribuir com o tema, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual o nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras?** O objetivo desta investigação é analisar o nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras.

A evidenciação de informações contábeis permite reduzir as assimetrias de informações existentes entre usuários externos e internos (Schipper, 2007). Nessa concepção, a divulgação contábil é o meio que permite as empresas se comunicar com seus usuários externos, demonstrando respeito e transparência aos interessados, desenvolvendo assim mecanismos na intenção de atingir suas finalidades estratégicas (Souza et al., 2014).

A falta de divulgação sobre os passivos contingentes e as provisões, ou a falta de clareza em sua evidenciação, pode influenciar nas tomadas de decisões realizadas pelos

usuários da informação contábil (Viviani & Fernandes, 2014). Considerando o exposto, a presente pesquisa apresenta um mapeamento completo abrangendo o nível de evidenciação obrigatória e voluntária e a expressividade das provisões e passivos contingentes nas companhias abertas brasileiras listadas na Bolsa, Brasil, Balcão (B3).

Estudos anteriores de Fonteles et al. (2013), Pinto et al. (2014), Garcia (2015), Prado (2015), Oliveira (2016), Rosa e Souza (2018) e Sanson e Souza (2018) verificaram a divulgação de provisões e passivos contingentes na perspectiva da evidenciação obrigatória, o presente estudo se diferencia dos anteriores por abordar a análise da divulgação voluntária e contemplar todas as companhias abertas brasileiras em um contexto atualizado.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Provisões e Passivos Contingentes

Contextualizando o tema provisões e passivos contingentes, a parte a qual não há certeza se resultará numa obrigação presente para a entidade é classificada como passivo contingente, sendo apenas realizada a evidenciação em notas explicativas, todavia, nos casos em que as chances de ocorrência forem remotas, o CPC 25 (2009) não requer a divulgação. Já as provisões consistem em obrigações presentes que necessitam de estimativas para avaliar o seu respectivo valor, por ser provável a saída de recursos para quitar a obrigação, as provisões devem ser reconhecidas contabilmente, além de divulgadas em notas explicativas. (Santos et al., 2022).

As provisões diferem dos outros passivos da empresa pelo motivo de existir incerteza em relação ao prazo ou montante futuro a ser desembolsado. Dessa forma, quando se tratar de provisões, sempre existirá um grau de incerteza. Já os outros passivos que não constituem provisões, possuem um grau de certeza significativamente superior quanto ao valor ou vencimento (Leite, 2018).

Já no que compete aos passivos contingentes, para cada um a entidade fica sujeita a divulgar uma breve descrição de sua natureza, e qual o efeito de acordo com as regras de mensuração. A regra para os passivos contingenciais é que eles apenas devem ser divulgados em notas explicativas, a única exceção é nas situações em que as chances de ocorrência da obrigação sejam remotas (nulas), nestes casos o CPC 25 (2009) não requer a evidenciação em notas explicativas, a menos que a entidade deseje realizar de forma voluntária (CPC 25, 2009).

A pesquisa de Costa et al. (2017) elaborou um estudo sobre as companhias brasileiras que apresentaram riscos de incertezas de contingências, sendo classificadas em possíveis e remotas, e obtiveram como resultado que cerca de 30% das empresas brasileiras divulgaram essas informações. Apenas os processos com maior relevância foram levados em consideração dentro de cada categoria para esse estudo (Costa et al., 2017).

Em relação a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes, a divulgação por intermédio das notas explicativas possui uma função fundamental na análise efetuada pelos usuários externos da informação contábil e tem papel enriquecedor nos relatórios contábeis (Marion, 2009).

Em relação à transparência e a segurança nas informações contábeis, pode-se levar em consideração a importância dos usuários em obter critérios utilizados nas demonstrações contábeis para o reconhecimento e a forma de mensuração das provisões e passivos contingentes, podendo assim compreender quais os próximos passos da entidade. (CPC 25, 2009).

Nessa intenção, a divulgação dos passivos contingentes com qualidade, devem estar de acordo com o CPC 25 (2009) e atender as necessidades de seus usuários, oferecendo a possibilidade de análise sobre os riscos da empresa, visto que tais possibilidades de surgimento de obrigações podem vir a se concretizar e causar fortes impactos no resultado do exercício (Jesus e Souza, 2016).

A transparência na divulgação das provisões e passivos contingentes oferece referências para a tomada de decisões para que os investidores e demais usuários externos possam ter conhecimento dos itens das demonstrações contábeis que apresentam alta probabilidade de ocorrência e possam realizar suas projeções a respeito (Nunes, 2017).

Nessa linha de raciocínio, o CPC 25 (2009) orienta que os passivos contingenciais e as provisões devem ser monitorados, o referido pronunciamento explica que uma obrigação possível (que atualmente foi divulgada como passivo contingente) pode posteriormente se tornar provável e requerer o reconhecimento contábil o que afetaria o resultado do exercício. Da mesma forma, as estimativas das provisões também podem mudar, o que também acarretaria consequências de ajustes que seriam necessários para refletir a situação de forma fidedigna (CPC 25, 2009). Por isso a importância do controle e acompanhamento dos passivos contingentes e provisões.

2.2 Evidenciação Contábil (*Disclosure*)

Um ambiente em que as informações são divulgadas de forma completa e transparente propicia aos usuários externos uma base mais sólida para fundamentar suas análises e tomadas de decisões de investimentos e financiamento (Goldstein & Yang, 2019).

Nessa linha de raciocínio, o principal objetivo da contabilidade é proporcionar informações necessárias para as deliberações, ressaltando que a *disclosure* é condição essencial para o alcance deste objetivo, é por meio de uma evidenciação adequada que se é promovida uma maior transparência, legibilidade e compreensão das informações tornadas públicas, fazendo com que os usuários externos possam ter uma base confiável para apoiar suas decisões (Pereira & Silva, 2006).

A evidenciação da informação contábil completa e fidedigna é importante no mercado de capitais, pois é vista como uma das formas de reduzir os riscos para os usuários externos (Schipper, 2007). A este respeito, está exposto na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (2019) que os usuários das demonstrações contábeis precisam de informações tanto sobre a posição da entidade como de seu desempenho financeiro, e por isso, a divulgação das informações de provisões e dos passivos contingentes são importantes.

Lopes e Martins (2005) afirmam que a carência de evidenciação contábil nas companhias pode gerar assimetria informacional, em vários casos decorrentes de conflitos de interesses existentes entre usuários internos e externos. Os conflitos de interesse são explicados pela teoria da agência, que segundo Pinto Júnior e Pires (2000), diz respeito ao relacionamento entre o principal e o agente, a partir desse relacionamento podem surgir os problemas de conflitos de agência quando os interesses do agente são diferentes dos interesses do principal, nesse ambiente de interesses divergentes, a assimetria da informação é uma das situações que normalmente está presente.

A assimetria da informação ocorre quando nem todos os fatos são conhecidos por ambas as partes (principal e agente), isso ocorre quando a informação é divulgada de forma incompleta. O agente está ligado diretamente às negociações no dia a dia da empresa, enquanto o principal depende da informação que o agente lhe passar. Os agentes são os usuários internos,

visto que o principal (acionistas) confia a eles a tarefa de tomar decisões na empresa (Hendriksen e Van Breda, 2018).

Neste ambiente, a teoria da evidenciação ou *disclosure* diz respeito à transparência e divulgação de informações e pode ser aplicada de duas formas: obrigatória, que é a evidenciação de informações por imposição legal; ou, voluntária, que é a evidenciação extralegal realizada por decisão da gestão da empresa (Fabre et al., 2017).

Dessa forma, a divulgação obrigatória está intimamente relacionada com o atendimento da evidenciação solicitada pelas normas de contabilidade, sendo entendida como divulgação compulsória (Pereira, 2008). Já a evidenciação voluntária é realizada facultativamente pelas empresas (Verrecchia, 2001).

Piacentini (2004) relata a respeito das companhias que têm a iniciativa de apresentar em suas notas explicativas divulgações voluntárias e que com isso uma grande quantidade de informações de negócios pode ser utilizada como um meio de comunicação para os investidores. Em adição, Moura et al. (2010), ressaltam que o *disclosure* voluntário é importante para o sucesso individual das companhias, principalmente em relação aos fatores críticos de sucesso e as tendências que as norteiam, considerando que os estudos sugerem que os investidores possuem mais confiança em empresas mais transparentes.

Diante do exposto, depreende-se que o *disclosure* obrigatório e voluntário das provisões e passivos contingentes das empresas de capital aberto brasileiras possui papel crucial no mercado de capitais, a divulgação destas informações possui o poder de afetar as decisões dos usuários externos. A evidenciação de informações, obrigatórias e voluntárias é importante nos âmbitos da empresa, quanto mais informação, mais interesse, confiança e conhecimento por parte dos usuários externos.

2.3 Estudos Similares

Para obtenção das pesquisas similares foi realizado um levantamento na base *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL) e no Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas no levantamento foram: Provisões; Passivos Contingentes; CPC 25; IAS 37; Evidenciação Contábil (*Disclosure*). A pesquisa retornou 09 artigos relacionados ao tema desta investigação. A Tabela 1 demonstra os estudos semelhantes observados.

Tabela 1
Estudos semelhantes

Autores	Objetivo e período analisado	Resultados
Fonteles et al. (2013)	Analisar os determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa, do ano de 2010.	Os resultados indicaram a presença de antigas práticas contábeis e a consequente inadequação das empresas ao CPC 25.
Pinto et al. (2014)	Identificar se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingentes está relacionada com o valor de mercado das companhias abertas brasileiras, e quais fatores estão relacionados com esse nível de evidenciação. O período analisado foram os anos de 2010 a 2013.	Os autores constataram que as empresas que mais evidenciam pertencem ao setor <i>Softwares</i> e Dados e as que menos evidenciam são dos setores de Química, Transportes e Serviços e Construção, respectivamente. A média de evidenciação obrigatória de provisões e passivos contingentes em notas explicativas foi de 54,2%. Eles verificaram que quanto maior o valor de mercado, menor foi o nível de evidenciação de informações sobre provisões e passivos contingentes.

Garcia (2015)	Analisar a divulgação dos passivos contingentes e provisões nas demonstrações financeiras divulgadas no ano de 2014 por empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa), do setor industrial e que estão listadas no segmento Novo Mercado.	A partir dos resultados analisados, os autores verificaram que os itens de divulgação de caráter mais quantitativo do CPC 25 para divulgação das provisões, tais como, valor inicial e final, adições, utilizações das provisões, foram divulgados. Quanto a itens de caráter mais qualitativo que buscam evidenciar, por exemplo, incertezas quanto aos valores e cronograma esperado de saída de recursos, a evidenciação é fraca. Em algumas empresas não é possível ao menos ter conhecimento da natureza da provisão ou do passivo contingente. O índice médio de evidenciação para provisões foi 63,33% e para os passivos contingentes 70%. Para os autores as empresas não estão totalmente adequadas a normatização proposta apesar de participarem de um segmento de governança corporativa que preza por qualidade e transparência.
Prado (2015)	Identificar o comportamento da divulgação dos riscos potenciais durante o período de 2002, 2006, 2010 e 2012, na evidenciação dos riscos potenciais representados pelas informações contidas nas provisões e passivos contingentes das empresas.	Os resultados mostram que as empresas tiveram evolução em sua divulgação de riscos potenciais principalmente nos anos de 2002 e 2006 devido a modernização da regulamentação contábil neste período. Nos anos de 2010 e 2012 houve uma melhora, e passou a divulgar ao mercado de forma mais detalhada. Dessa forma, os autores verificaram que as empresas apresentaram uma curva de aprendizagem conforme a evolução da legislação.
Oliveira (2016)	Verificar o atendimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes das empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro - BM&FBOVESPA S.A. O período analisado foi o ano de 2014.	A partir dos resultados analisados, os autores apontaram que a média do índice de evidenciação é de 61%, e que das 18 empresas analisadas, 12 obtiveram seus índices acima da média e 6 companhias ficaram abaixo.
Rosa e Souza (2018)	Verificar a representatividade e o nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras, do exercício de 2015.	A partir dos resultados analisados foi possível perceber que o grau de representatividade dos passivos contingentes fiscais é relativamente maior do que os provisionamentos fiscais. E que quanto maior o prejuízo fiscal, menor sua transparência.
Sanson e Souza (2018)	Identificar características associadas com o nível de evidenciação dos passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras. O período analisado foi o ano de 2016.	Os resultados apontaram uma alta concentração dos passivos contingenciais de natureza tributária (32,04%); trabalhista (31,52%) e cível (31,26%) na amostra analisada. Também apontaram que as entidades as quais apresentam mais obrigações com terceiros, possuem uma média superior de divulgação dos passivos contingenciais. Percebeu-se que o mais elevado nível de governança corporativa não influencia na publicação dos passivos contingenciais. Verificou-se que a maior média de evidenciação foi nos setores de Telecomunicações (33,33%); Saúde (30,56%) e; Petróleo, Gás e Biocombustíveis (28,07%).
Forte et al. (2021)	Investigar o efeito do <i>disclosure</i> de provisões e passivos contingentes sobre o desempenho de mercado das companhias abertas.	Os resultados do estudo demonstraram a influência do <i>disclosure</i> de provisões e passivos contingentes no desempenho de mercado das empresas da B3. Os autores ressaltaram a importância da evidenciação de informações, uma vez que essa pode ser capaz de alterar a percepção dos diversos <i>stakeholders</i> de forma a afetar o desempenho de mercado das empresas listadas na B3.
Borges e Rover (2022)	Analisar as características das provisões e dos passivos	O estudo constatou que com a reclassificação dos passivos contingentes para provisões, muitas das empresas

	contingentes e o reflexo da reconfiguração das contingências nas companhias abertas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3).	analisadas passariam a ter prejuízo. As autoras concluíram que a partir de testes de diferença de média que, a reclassificação das contingências causaria grande impacto no resultado das empresas, o que indica que as empresas devem evidenciar com cautela os riscos a que estão sujeitas.
--	--	---

Fonte: *Dados da pesquisa (2024).*

Tendo como base os estudos anteriores demonstrados na Tabela 1, é possível destacar que muitas empresas ainda não estão adequadas nas formas de divulgação das suas práticas contábeis, mesmo a evidenciação possuindo caráter obrigatório. As pesquisas demonstram que a maneira completa como exige o CPC 25 não está sendo seguida por muitas empresas de diferentes ramos de atuação, o que prejudica os usuários externos da contabilidade, principalmente com os investidores (Fortes et al., 2021). Essa situação torna relevante a realização de pesquisas atualizadas sobre o tema, sendo necessário abordar tanto a divulgação obrigatória como a voluntária.

3 Metodologia da Pesquisa

3.1 Delineamento da Pesquisa

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritiva. Gil (2008) explica que esse tipo de pesquisa possui como principal objetivo a descrição das características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relação entre variáveis. O referido autor salienta também que as pesquisas descritivas são realizadas de acordo com a atuação prática.

A abordagem do problema é qualitativa. Richardson (2014) explana que uma pesquisa de cunho qualitativo pode ser caracterizada como uma tentativa de compreender de forma mais detalhada o significado e características de determinadas situações, a análise do pesquisador é essencial neste tipo de investigação.

No que diz respeito à obtenção dos dados, a pesquisa se classifica como documental, visto que foram analisadas as Notas Explicativas, Demonstração do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial das companhias componentes da amostra. O ano analisado foi 2021., por se tratar de um período peculiar em que o Brasil ainda sente os efeitos da pandemia, sendo as companhias propensas a constituírem provisões e estarem sujeitas a ocorrência de passivos contingentes.

3.2 Instrumento de Pesquisa

O presente estudo se utilizou de duas listas de verificação: i) uma para avaliar a divulgação obrigatória das provisões e passivos contingentes com chances possíveis, e ii) uma lista de verificação para mensurar o nível de divulgação voluntária pertinente a informações sobre passivos contingentes com chances remotas (visto que o CPC 25 não obriga a divulgação de tais informações).

3.2.1 Instrumentos de pesquisa para análise da evidenciação obrigatória e voluntária

A Lista de Verificação para mensuração da evidenciação obrigatória das provisões e passivos contingentes com chances possíveis foi elaborada com base nas determinações de divulgação emanadas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25. A Tabela 2 apresenta o instrumento para medir o nível de evidenciação obrigatória.

Tabela 2*Lista de verificação pertinente a divulgação obrigatória*

Evidenciação das Provisões
1. Valor contábil no início do período.
2. Valor contábil no fim do período.
3. Provisões adicionais feitas no período.
4. Aumento nas provisões existentes (se houver).
5. Valores utilizados durante o período, ou seja, incorridos ou baixados contra a provisão.
6. Valores não utilizados revertidos durante o período.
7. Aumento durante o período no valor descontado a valor presente.
8. Efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.
9. Breve descrição da natureza da obrigação.
10. Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes.
11. Indicação de incertezas sobre o valor ou cronograma dessas saídas.
12. Qualquer valor de reembolso esperado.
Evidenciação Obrigatória dos Passivos Contingentes (chances possíveis)
1. Na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente.
2. Estimativa do seu efeito financeiro (valor).
3. Indicação de incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.
4. Possibilidade de qualquer reembolso.

Fonte: adaptado dos itens constantes no CPC 25 (2009).

Dessa forma, a Lista de Verificação pertinente a divulgação obrigatória, exposta na Tabela 2, possui 12 itens de análise sobre a evidenciação das provisões, os quais esclarecem o que deve ser apresentado e divulgado pelas entidades em suas demonstrações, e possui itens de divulgação obrigatória dos passivos contingentes (chances possíveis), o que contempla o mínimo de evidenciação que as companhias precisam realizar em suas notas explicativas.

Outra Lista de Verificação foi elaborada para mensurar o nível de divulgação voluntária atinente aos passivos contingentes remotos, considerando que para tais contingências a divulgação não possui caráter obrigatório conforme o CPC 25 (2009). Qualquer evidenciação realizada pelas companhias a respeito de contingências consideradas remotas é caracterizada como de natureza voluntária. A Tabela 3 demonstra a Lista de Verificação.

Tabela 3*Lista de verificação referente a divulgação voluntária*

Evidenciação dos Passivos Contingentes Remotos (chances remotas)
1. Na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente.
2. Estimativa do seu efeito financeiro (valor).
3. Indicação de incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.

Fonte: adaptado dos itens constantes no CPC 25 (2009).

A Lista de Verificação referente a divulgação voluntária exposta na Tabela 3, possui 3 itens de análise sobre a evidenciação dos passivos contingentes remotos (chances remotas) na intenção de analisar se as companhias estão divulgando voluntariamente estas informações.

3.2.2 Técnica para avaliar a expressividade das Provisões e Passivos Contingentes

Para cálculo da representatividade, em cada empresa componente da amostra, foi realizada a divisão do valor total das provisões reconhecidas em relação ao total do passivo (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante). Esta abordagem é adotada para provisões pelo fato delas já terem sido reconhecidas, dessa forma, é possível ver a sua representatividade (expressividade) em relação ao total de obrigações constantes no Balanço Patrimonial das empresas componentes da amostra.

Para os passivos contingentes em que as chances de ocorrência são possíveis foi verificado o valor total evidenciado em notas explicativas e realizada a divisão pelo valor do Lucro Líquido do Exercício. Em adição, também foi analisado o valor total dessas contingências possíveis dividido pelo valor do Patrimônio Líquido.

A análise da expressividade das contingências remotas foi pela mesma metodologia usada para os passivos contingentes em que as chances são possíveis, pelo valor total das contingências dividido pelo Lucro Líquido Exercício e o valor total das contingências dividido pelo valor do Patrimônio Líquido.

3.3 Procedimentos de Pesquisa

Para medir o nível de evidenciação, foram calculados os índices de evidenciação pertinentes à divulgação obrigatória e voluntária. Para isto, foi utilizada a metodologia usada na pesquisa de Souza e Borba (2017), na qual se atribuiu 1 para os itens evidenciados pelas companhias, 0 para os itens não evidenciados e NA (não se aplica) nos casos em que a companhia afirmar que não possui determinada situação e não teria obrigatoriedade de divulgar.

Para cada empresa da amostra foi calculado o nível de evidenciação obrigatória (para provisões e passivos contingentes possíveis) e voluntária (nos casos em que ela possuir evidenciação de passivos contingentes remotos). A fórmula utilizada está demonstrada a seguir.

$$\text{Índice de Divulgação} = \frac{\text{Pontuação obtida}}{(\text{Total} - \text{NA})}$$

Após a mensuração dos níveis de evidenciação obrigatória e voluntária de cada uma das empresas da amostra, foi possível realizar a análise conjunta da evidenciação com a expressividade das provisões e passivos contingentes. Em adição, foi realizada uma análise por setor de atuação. A fonte dos dados desta pesquisa foram as Notas Explicativas, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e o Balanço Patrimonial (BP), referentes ao ano de 2021.

3.4 Amostra de Pesquisa

A amostra de pesquisa é constituída por todas as companhias de capital aberto brasileiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), que possuem provisões e/ou passivos contingentes divulgados em suas notas explicativas no exercício social de 2021.

Na data de 12/10/2022 existiam 474 companhias listadas na B3, foi realizada uma análise minuciosa das notas explicativas de cada uma delas visando identificar quais informaram possuir provisões e/ou passivos contingentes no ano de 2021. Da verificação atenciosa de cada uma das notas explicativas, observou-se que 411 companhias possuíam provisões e/ou passivos contingentes. Destas, 5 foram retiradas da amostra pelo motivo que suas demonstrações não estavam disponíveis no momento da coleta, desta forma, a amostra

final de pesquisa perfaz 406 companhias. A Tabela 4 demonstra a amostra de pesquisa por setor de atuação.

Tabela 4

Amostra de pesquisa por setor de atuação

Setor	Frequência %	Quantidade
Bens Industriais	18%	72
Comunicações	2%	10
Consumo Cíclico	20%	82
Consumo Não Cíclico	7%	28
Financeiro	16%	65
Materiais Básicos	7%	28
Petróleo, Gás e Biocombustível	3%	12
Saúde	6%	24
Tecnologia da Informação	4%	17
Utilidade Pública	17%	68
Total	100%	406

Fonte: *Dados da pesquisa (2023)*.

A amostra da pesquisa está composta por 406 empresas divididas por setor de atuação, como demonstrado na Tabela 4. Cada uma das notas explicativas das companhias foi analisada minuciosamente, o que permitiu obter os resultados pertinentes ao nível de evidenciação obrigatória das provisões e dos passivos contingentes com chances possíveis e a divulgação voluntária dos passivos contingentes remotos.

4 Resultados da Pesquisa

4.1 Natureza das provisões e passivos contingentes

Foram identificados os tipos de provisões e passivos contingentes possíveis e remotos evidenciados pelas companhias da amostra. A Tabela 5 apresenta os resultados encontrados.

Tabela 5

Tipos de Provisões e Passivos Contingentes Possíveis e Remotos Identificados na Pesquisa

Natureza/Tipos	Natureza das Provisões e Passivos Contingentes Possíveis e Remotos Identificados			
	Provisões	PCPossíveis	PCRemotos.	Total
Cível	337	321	17	675
Tributária	312	309	16	637
Trabalhista	409	353	18	780
Ambiental	44	43	1	88
Regulatórias	29	21	0	50
Societárias	1	0	0	1
Fundiárias	2	0	0	2
Outros	16	7	0	23
Não especif.	4	7	2	13
Total	1154	1061	54	2269
Percentual	50,86%	46,76%	2,38%	100,00%

Legenda: **PCPossíveis** = Passivos Contingentes Possíveis; **PCRemotos.** = Passivos Contingentes Remotos, **Não especif.** = Não especificado.

Fonte: *Dados da pesquisa (2023)*.

É possível observar na Tabela 5 os resultados encontrados em relação à natureza das provisões e passivos contingentes possíveis e remotos, em que foram evidenciados tipos diferentes de natureza, entre eles: cíveis, tributária, trabalhista, ambiental, regulatórios, societárias, fundiárias, outros e algumas empresas não identificaram o tipo de natureza.

No que diz respeito as provisões e aos passivos contingentes possíveis e remotos pode-se observar na Tabela 5 que os tipos mais recorrentes existentes nas companhias da amostra são, respectivamente: trabalhista, cível e tributária. É importante mencionar também a categoria ambiental, em quantidade um pouco menos expressiva, ela apresenta números consideráveis de provisões (44) e passivos contingentes possíveis (43).

Os resultados encontrados na presente pesquisa corroboram aqueles encontrados no estudo de Sanson e Souza (2018), que analisaram os passivos contingentes e identificaram que os tipos de natureza trabalhista, cível e tributária representaram a maior parcela existente, variando apenas na ordem de classificação, e relataram que a natureza ambiental apareceu em menor quantidade na amostra estudada.

A Tabela 5 permite observar que algumas empresas reconheceram provisões e evidenciaram passivos contingentes possíveis de natureza regulatória. Em menores proporções também houve divulgações de natureza societária, fundiária e algumas indicadas como “outros” por algumas companhias da amostra analisada. Também se constatou que algumas empresas não especificaram o tipo (natureza) de provisões (4), passivos contingentes possíveis (7) e remotos (2) existentes.

No que tange aos valores totais, é possível identificar na Tabela 5 que a maior proporção existente corresponde as provisões (50,86%), seguida dos passivos contingentes possíveis (46,76%) e em menor proporção os passivos contingentes remotos (2,38%). Ressalta-se que a divulgação das provisões e dos passivos contingentes possíveis possui natureza obrigatória, já os passivos contingentes remotos possuem natureza voluntária.

4.2 Análise da evidenciação e da expressividade das provisões

A Tabela 6 apresenta a média de nível de evidenciação e a média de expressividade das provisões em relação ao total dos passivos, separados por setores de atuação, sendo estes: Bens Industriais, Comunicações, Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Financeiro, Materiais Básicos, Petróleo Gás e Biocombustível, Saúde, Tecnologia da Informação e Utilidade Pública.

Tabela 6

Média nível de evidenciação e expressividade das provisões por setor

Sector de atuação	Quantidade	Média Nível Evidenciação	Média Expressividade
Bens Industriais	65	44,00%	5,71%
Comunicações	10	45,83%	3,89%
Consumo Cíclico	81	46,30%	4,30%
Consumo Não Cíclico	27	46,30%	10,51%
Financeiro	60	47,03%	6,03%
Materiais Básicos	27	46,60%	2,70%
Petróleo. Gás e Biocombustível	12	40,28%	2,25%
Saúde	24	56,25%	2,83%
Tecnologia da Informação	17	52,94%	3,27%
Utilidade Pública	63	59,66%	3,05%
Quantidade Total	386	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

É possível perceber que os setores com maiores níveis de evidenciação das provisões são, respectivamente: Utilidade Pública, Saúde e Tecnologia da Informação. É relevante mencionar que o setor de utilidade pública contempla subsetores como o de energia elétrica, que possui órgão regulador, o setor de Saúde também é regulamentado, o que propicia uma maior fiscalização e pode ter relação com um maior nível de divulgação. Mas ainda assim, nenhum setor obteve média de nível de divulgação das provisões superior a 60%, o que mostra que as empresas ainda precisam melhorar no que tange a evidenciação obrigatória das provisões, para atender plenamente o CPC 25.

No que compete a expressividade, os resultados demonstram que, em média, a maior representatividade das provisões está nos setores de Consumo Não Cíclico, Financeiro e Bens Industriais, respectivamente. Nenhum destes setores obteve média de nível de evidenciação superior a 50%, sugerindo que tais setores ainda não estão atendendo plenamente o CPC 25, apesar de possuírem as proporções mais expressivas de provisões identificadas na pesquisa.

Os itens da lista de verificação que foram menos divulgados pelas companhias foram: Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes, indicação de incertezas sobre o valor ou cronograma dessas saídas, e qualquer valor de reembolso esperado.

4.3 Análise da evidenciação e da expressividade dos passivos contingentes possíveis

A Tabela 7 apresenta a média por setor da evidenciação e expressividade dos Passivos Contingentes Possíveis em relação ao Resultado e ao Patrimônio Líquido das empresas componentes da amostra, sendo separadas por setor de atuação e calculadas separadamente por lucro, prejuízo, patrimônio líquido positivo e patrimônio líquido negativo.

Tabela 7

Média por setor da evidenciação e expressividade dos PCP em relação ao Resultado e PL

Setor de atuação	Evid. e Express. Resultado						Evid. e Express. PL					
	Lucro			Prejuízo			PL+			PL-		
	Qtd.	L	Evid.	Qtd.	P	Evid.	Qtd.	PL+	Evid.	Qtd.	PL-	Evid.
Bens Ind.	47	600,17%	46,81%	19	160,99%	47,37%	54	70,89%	48,15%	12	194,69%	41,67%
Comunicações	7	218,22%	37,50%	3	311,10%	50,00%	8	18,87%	39,29%	2	2155,00%	50,00%
Consumo Cíclico	54	142,08%	43,98%	26	1194,27%	47,12%	67	28,12%	44,78%	13	67,59%	46,15%
Consumo Não Cíc.	26	577,11%	48,08%	1	1046,62%	50,00%	24	24,68%	48,96%	3	944,09%	41,67%
Financeiro	48	135,88%	47,92%	11	3371,58%	43,18%	57	50,55%	46,93%	2	40221,29%	50,00%
Materiais Básicos	23	443,96%	45,65%	3	98,64%	50,00%	23	212,01%	45,65%	3	64,78%	50,00%
Petróleo Gás e Bioc.	8	578,01%	46,88%	3	836,69%	50,00%	8	40,25%	50,00%	3	160,48%	41,67%
Saúde	19	2991,35%	51,32%	4	224,46%	50,00%	23	164,35%	51,09%	0	0,00%	0,00%
Tecn. da Inform.	12	89,57%	47,92%	6	32,77%	50,00%	18	12,85%	48,61%	0	0,00%	0,00%
Utilidade Pública	59	1441,85%	50,00%	6	926,95%	50,00%	62	46,47%	50,00%	3	59,91%	50,00%
Qtd. Total	303	-	-	82	-	-	344	-	-	41	-	-

Legenda: PCP = Passivos Contingentes Possíveis; Qtd. = quantidade; Evid. = Nível de Evidenciação; Express. = Expressividade; L = Média Expressividade Empresas que tiveram Resultado Lucro; P = Média Expressividade Empresas que tiveram Resultado Prejuízo; PL+ = Média Expressividade empresas com Patrimônio Líquido Positivo; PL- = Média Expressividade empresas com Patrimônio Líquido Negativo; Bioc. = Biocombustíveis; Tecn. = Tecnologia; Inform. = Informação; Ind. = Industriais; Cíc. = Cíclico.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No que diz respeito à evidenciação dos Passivos Contingentes Possíveis, pode-se observar que, em média, os maiores níveis de evidenciações das companhias que obtiveram lucro estão nos setores de Saúde, Utilidade Pública, Consumo Não Cíclico, respectivamente. Já nas empresas que obtiveram prejuízo no exercício social, os maiores níveis de evidenciações

obtiveram índice médio de 50%, sendo os setores de Comunicações, Consumo Não Cíclico, Materiais Básicos, Petróleo Gás e Biocombustível, Saúde, Tecnologia da Informação, Utilidade Pública.

Em relação à evidenciação dos Passivos Contingentes Possíveis, as maiores médias de níveis de evidenciações das empresas que obtiveram o patrimônio líquido positivo são: Saúde, Petróleo Gás e Biocombustível, Utilidade Pública, Consumo Não Cíclico, Tecnologia da Informação e Bens Industriais, respectivamente. Já em relação aos maiores níveis de evidenciações das empresas que obtiveram patrimônio líquido negativo é possível destacar os setores de Comunicações, Financeiro, Materiais Básicos, Utilidade Pública, sendo os setores de Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Bens Industriais e Petróleo Gás e Biocombustível os de menores proporções, seguido dos outros setores que não obtiveram evidenciações.

Diante dos resultados expostos na Tabela 7, é possível observar que apenas o setor de Saúde obteve média de nível de divulgação dos passivos contingentes possíveis acima de 50%, tanto na evidenciação das empresas que apresentaram lucro, quanto nas empresas que apresentaram patrimônio líquido positivo, o que mostra que as companhias ainda precisam melhorar para atender a todos os quesitos do CPC 25.

A Tabela 7 também apresenta a média de expressividade das empresas que obtiveram lucro, sendo os setores com maiores médias, respectivamente: Saúde, Utilidade Pública, Bens Industriais, Petróleo Gás e Biocombustível, Consumo Não Cíclico, seguido dos setores com menores médias, respectivamente, Materiais Básicos, Comunicações, Consumo Cíclico, Financeiro. Já nas empresas que obtiveram prejuízo, os setores com maiores médias de expressividade foram, respectivamente: Financeiro, Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Utilidade Pública, Petróleo Gás e Biocombustível.

As empresas com menores médias de expressividade foram, respectivamente: Comunicações, Saúde, Bens Industriais, Materiais Básicos. É importante salientar que o setor de menor proporção tanto nas empresas que apresentam lucro, quanto nas que apresentaram prejuízo foi o da Tecnologia da Informação.

No que tange a média de expressividade das empresas com patrimônio líquido positivo, os setores com maiores médias são, respectivamente: Materiais Básicos, Saúde e Bens Industriais. Os setores que apresentam menores médias de expressividade são, respectivamente: Consumo Não Cíclico, Comunicações, e Tecnologia da Informação. Já em relação as empresas que apresentaram patrimônio líquido negativo, os setores com maiores médias são, respectivamente: Financeiro, Comunicações, Consumo Não Cíclico, sendo os de menores proporções, Bens Industriais, Petróleo Gás e Biocombustível, Consumo Cíclico, Materiais Básicos e Utilidade Pública, seguido dos outros setores que não apresentaram níveis de expressividade.

Ainda, pode-se destacar o setor de Saúde, que obteve maior nível de evidenciação (51,32%) e expressividade (2991,35%) dos passivos contingentes possíveis, no que diz respeito as companhias que obtiveram lucro em seu exercício social. O mesmo acontece no setor Financeiro, que obteve maior nível de evidenciação (50%) e expressividade (40221,29%) dos passivos contingentes possíveis, em relação as empresas que apresentaram patrimônio negativo.

A expressividade média destes setores alerta sobre os impactos que estes valores se tornassem prováveis e tivessem que ser reconhecidos contabilmente, o que demonstra a importância da adequada evidenciação contábil dos passivos contingentes, estes resultados corroboram com os de Borges e Rover (2022).

4.4 Análise da evidenciação e da expressividade dos passivos contingentes remotos

A Tabela 8 apresenta a média por setor da evidenciação e expressividade dos Passivos Contingentes Remotos em relação ao Resultado e ao Patrimônio Líquido das empresas componentes da amostra, sendo separadas por setores de atuação, calculadas separadamente por lucro, prejuízo, patrimônio líquido positivo e patrimônio líquido negativo.

Tabela 8

Média por setor da evidenciação e expressividade dos PCRem. em relação ao Resultado e PL

Setor de atuação	Evid. e Express. Resultado						Evid. e Express. PL					
	Qtd.	L	Evid.	Qtd.	P	Evid.	Qtd.	PL+	Evid.	Qtd.	PL-	Evid.
Bens Ind.	2	286,40%	66,67%	1	147,34%	33,33%	3	34,85%	55,56%	0	0,00%	0,00%
Consumo Cíclico	3	281,75%	66,67%	2	66,67%	62,35%	4	110,37%	66,67%	1	0,55%	66,67%
Consumo Não Cíc.	3	1310,40%	55,56%	0	0,00%	0,00%	2	1,08%	66,67%	1	17,17%	33,33%
Financeiro	2	55,33%	66,67%	3	94,30%	55,56%	5	8,25%	60,00%	0	0,00%	0,00%
Materiais Básicos	1	0,02%	66,67%	1	4,85%	66,67%	1	0,02%	66,67%	1	4,07%	66,67%
Petróleo Gás e Bioc.	0	0,00%	0,00%	1	125,84%	66,67%	1	35,86%	66,67%	0	0,00%	0,00%
Saúde	0	0,00%	0,00%	1	8,99%	66,67%	1	0,26%	66,67%	0	0,00%	0,00%
Utilidade Pública	9	15,06%	66,67%	1	237,44%	66,67%	10	6,50%	66,67%	0	0,00%	0,00%
Qtd. Total	20	-	-	10	-	-	27	-	-	3	-	-

Legenda: PCRem. = Passivos Contingentes Remotos; Qtd. = quantidade; Evid. = Nível de Evidenciação; Express. = Expressividade; L = Média Expressividade Empresas que tiveram Resultado Lucro; P = Média Expressividade Empresas que tiveram Resultado Prejuízo; PL+ = Média Expressividade empresas com Patrimônio Líquido Positivo; PL- = Média Expressividade empresas com Patrimônio Líquido Negativo; Bioc. = Biocombustíveis; Tecn. = Tecnologia; Inform. = Informação; Ind. = Industriais; Cíc. = Cíclico.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em relação a evidenciação dos Passivos Contingentes Remotos, é possível observar que os maiores níveis de evidenciação das companhias que obtiveram lucro estão nos setores de Utilidade Pública, Consumo Cíclico, Bens Industriais, Financeiro e Materiais Básicos, todos com 66,67% de índice de divulgação. Já nas empresas que obtiveram prejuízo no exercício social, os maiores níveis de evidenciações estão nos setores de Materiais Básicos, Petróleo Gás e Biocombustível, Saúde e Utilidade Pública. É importante destacar que os setores de bens industriais e utilidade pública apresentaram maiores níveis de divulgação tanto nas companhias com lucro como naquelas que obtiveram prejuízo no exercício.

No que diz respeito à evidenciação das empresas que estão com patrimônio líquido positivo, em média, os maiores níveis foram encontrados nos setores de Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Materiais Básicos, Petróleo Gás e Biocombustível, Saúde, Utilidade Pública. Já em relação a divulgação das empresas que estavam com patrimônio líquido negativo podemos destacar, em média, os setores de Consumo Cíclico e Materiais Básicos.

A Tabela 8 também evidencia a média de expressividade das empresas que obtiveram lucro, sendo os setores com maiores médias, respectivamente: Consumo Cíclico, Bens Industriais e Petróleo Gás e Biocombustíveis. Já nas empresas que obtiveram prejuízo, os setores com maiores médias de expressividade foram, respectivamente: Utilidade Pública, Bens Industriais, Petróleo Gás e Biocombustível e Financeiro. As empresas com menores médias de expressividade foram, respectivamente: Consumo Cíclico, Saúde e Materiais Básicos, seguido dos outros setores que não obtiveram médias.

No que tange a média de expressividade das empresas com patrimônio líquido positivo, os setores com maiores médias são, respectivamente: Consumo Cíclico, Petróleo Gás e Biocombustível e Bens Industriais. Já em relação as empresas que apresentaram patrimônio

líquido negativo, os setores com maiores médias foram Consumo Não Cíclico e Materiais Básicos.

Ainda, é possível salientar o setor de Utilidade Pública que obteve maior nível de evidenciação (66,67%) e expressividade (237,44%) dos passivos contingentes remotos, no que diz respeito as empresas que obtiveram prejuízo. O mesmo acontece no setor de Consumo Cíclico, que obteve maior nível de evidenciação (66,67%) e expressividade (110,37%) dos passivos contingentes remotos, em relação as empresas que apresentaram patrimônio líquido positivo. Estes achados corroboram com Sanson e Souza (2018) que também identificaram o setor de utilidade pública entre os maiores níveis de evidenciação.

5 Conclusões

O objetivo da presente pesquisa foi analisar o nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras. No que compete a evidenciação obrigatória, é possível constatar, com base nos resultados, que as companhias ainda precisam melhorar o nível de divulgação em notas explicativas das provisões e passivos contingentes possíveis, para atender plenamente o CPC 25, a divulgação completa destas informações é importante para os usuários externos poderem realizar suas projeções.

Em relação a evidenciação voluntária dos passivos contingentes remotos, os setores de Utilidade Pública e Consumo Cíclico apresentaram maior média de evidenciação e maior média de expressividade, o que pode representar possíveis tendências destes setores a divulgar suas contingências remotas, mesmo sem a obrigatoriedade do CPC 25, o que é positivo para fins informativos aos usuários externos.

Pertinente aos passivos contingentes possíveis, os setores de utilidade pública, saúde e tecnologia da informação se mostraram com os maiores níveis de evidenciação. O estudo de Sanson e Souza (2018) também identificou o setor de utilidade pública entre os melhores níveis de divulgação dos passivos contingentes.

No que concerne à natureza das Provisões e Passivos Contingentes Possíveis e Remotos identificados na pesquisa, foi observado que os tipos mais recorrentes existentes nas companhias da amostra são respectivamente: trabalhista, cível e tributária. Verificou-se que a categoria ambiental apareceu em menor quantidade, entretanto, ela apresentou números consideráveis nas provisões (44) e nos passivos contingentes possíveis (43). O setor de Utilidade Pública, que apresentou maior nível de evidenciação e expressividade, não mostrou relação com a categoria ambiental.

Os resultados da presente pesquisa demonstram que os profissionais de contabilidade ainda podem ter dúvidas a respeito da norma, considerando que existem deficiências na evidenciação contábil das provisões e passivos contingentes. O estudo contribui com a literatura demonstrando como as companhias abertas brasileiras estão tratando a divulgação de suas provisões e passivos contingentes.

Ressalta-se que os resultados desta pesquisa se restringem a amostra e período analisados, não podendo ser excedidos para outras companhias e/ou períodos diferentes. Como sugestão para pesquisas futuras, poderia ser realizada uma análise temporal, por meio de ferramental estatístico, do nível de evidenciação e representatividade das provisões e dos passivos contingentes.

Referências

- Baldoino, E; Borba, J. A. (2015). Passivos Contingentes na Bolsa de Valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 23(9), 58-81. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/rco.v9i23.68395>
- Borges, B. C.; Rover, S. (2022). Provisões e passivos contingentes: características e reconfiguração das demonstrações contábeis das empresas de capital aberto brasileiras. *Revista Mineira de Contabilidade*, 23(1), 21–32. Recuperado de <https://doi.org/10.51320/rmc.v23i1.1328>
- Carmo, C. H. S.; Ribeiro, A. M.; Mesquita, K. M. P. (2018). Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro: Uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(1), 91-109. Recuperado de <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i1.34183>
- CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2024). Documentos emitidos. Pronunciamentos. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>
- Costa, I. L. S.; Correia, T. S.; Machado, M. R.; Lucena, W. G. L. (2017). Disclosure dos Passivos Contingentes: Análise Comparativa entre Empresas de Mercado Aberto no Brasil e na Austrália. *Pensar Contábil*, 19(69), 54-56. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/46943/disclosure-dos-passivos-contingentes--analise-c--->
- Fabre, V. V.; Rosa, F. S.; Bornia, A. C. (2017). Indicador de disclosure obrigatório nos municípios catarinenses. *Anais do XI Congresso Anpcont*. Recuperado de <https://anpcont.org.br/pdf/2017/CPT1077.pdf>
- Fonteles, I. V.; Nascimento, C. P. S.; Ponte, V. M. R.; Rebouças, S. M. D. P. (2013). Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa. *Revista Gestão Organizacional*, 6(4), 85-98. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/33253/determinantes-da-evidenciacao-de-provisoes-e-contingencias-por-companhias-listadas-na-bm-fbovespa/i/pt-br>
- Forte, H. C.; Prudêncio, P. A.; Silva, L. K. S.; Ponte, V. M. R.; Guimarães, D. B. (2021). Efeito da divulgação de provisões e passivos contingentes sobre o desempenho de mercado das empresas listadas na B3. *Revista Mineira de Contabilidade*, 22(3), 33-48. Recuperado de <https://doi.org/10.51320/rmc.v22i3.1249>
- Garcia, A. S. *Divulgação dos passivos contingentes e provisões em empresas do setor industrial: segmento novo mercado da BM&FBOVESPA*. (2015). [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina]. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/163083>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6nd ed.). Atlas.

Goldstein, I.; Yang, L. (2019). Good disclosure, bad disclosure. *Journal of Financial Economics*, 131(1), 118-138. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2018.08.004>

Hendriksen, E. S; Van Breda, M. F. (2018). *Teoria da Contabilidade*. (5nd ed.). Atlas.

Hennes, K. M. (2014). Disclosure of contingent legal liabilities. *J. Account. Public Policy*, (33), 32-50. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2013.10.005>

Jesus, S. S.; Souza, M. M. Impacto do Reconhecimento dos Passivos Contingentes na Situação Econômica das empresas Auditadas pelas Big Four. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 10(2), 43-63. Recuperado de <https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v10i2.15287>

Kuerzi, R. (2020). Implicações Contábeis do Covid-19. KPMG. Recuperado de <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2020/03/br-implicacoes-contabeis-covid19.pdf>

Leite, J. R. (2018). *Evidenciação de provisões e passivos contingentes (IAS 37/CPC 25): análise comparativa entre Brasil e França*. [Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo]. Recuperado de <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/teses-dissertacoes/evidenciacao-de-provisoes-e-passivos-contingentes-ias-37cpc-25-analise>

Lopes, A. B.; Martins, E. (2005) *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. Atlas.

Marion, J. C. (2009). *Contabilidade empresarial*. (15nd ed.). Atlas.

Moura, A. A. F.; Nascimento, F. S. P.; De Luca, M. M. M. (2010). Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto no Brasil com base nos indicadores de responsabilidade social da ONU. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Custos*. Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/749/749>

Nunes, M.V. (2017). *Provisões, ativos e passivos contingentes: um estudo sobre divulgação das empresas listadas na BM&FBOVESPA*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Rio Verde]. Recuperado de <https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/Provisoes.pdf>.

Oliveira, C. (2016). *Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes: Uma análise de empresas listadas na BM&FBovespa*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina]. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/166695>

Pereira, D. M. V. G. (2008). *Um estudo sobre a relação entre o lucro contábil e o disclosure das companhias abertas do setor de materiais básicos: evidências empíricas no mercado brasileiro de capitais*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília/UFPB/UFPE/UFRN]. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3427>

Pereira, J. C. S.; Silva, R. C. (2006). Evidenciação (Disclosure): O Produto Final da Ciência Contábil. *Revista Digital Simonsen*. Recuperado de <https://silo.tips/download/evidenciaao-disclosure-o-produto-final-da-ciencia-contabil>

- Piacentini, N. (2004). *Evidenciação contábil voluntária: uma análise prática adotada por companhias abertas brasileiras*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Recuperado de <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2784>
- Pinto, A. F.; Avelar, B.; Fonseca, K. B. C.; Silva, M. B. A.; Costa, P. S. (2014). Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. *Pensar Contábil*, 16(61), 54-65. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34541/value-relevance-da-evidenciacao-de-provisoes-e-passivos-contingentes/i/pt-br>
- Pinto Júnior, H. Q.; Pires, M. C. P. (2000). Assimetria de Informações e Problemas Regulatórios. Recuperado de <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/notas-e-estudos-tecnicos/notas-tecnicas/arquivos/2000/nota-tecnica-9-2000.pdf>
- Prado, F. J. (2014). *Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo]. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-18082014-102308/pt-br.php>
- Prejuízo com provisões para perdas judiciais cresceu em 88 bilhões no ano de 2020. (2021, 10 de junho). *Jornal Valor Econômico*. Recuperado de <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/06/10/provisao-para-perdas-judiciais-cresce-mais-r-88-bilhoes-em-2020.ghtml>
- Pronunciamentos Técnico CPC 25. (2009). *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, de 26 de junho de 2009. Brasília, DF: CPC. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>
- Pronunciamentos Técnico CPC 00. (2019). *Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro*, de 10 de dezembro de 2019. Brasília, DF: CPC. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>
- Richardson, R. J. (2014). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3 nd ed.). Atlas.
- Rosa, B. B. D; Souza, M. M. (2018). Representatividade e nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras. *Anais do 7º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade*. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/184503>
- Sanson, D. P; Souza, M. M. (2018). Características associadas ao nível de evidenciação dos passivos contingentes das companhias de capital aberto brasileiras. *Anais do 7º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade*. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193022>
- Santos, A.; Iudícibus, S.; Martins, E.; Gelbcke, E. R. (2022). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. (4 nd ed.). Atlas.

Sousa, C. B.; Silva, A. F.; Ribeiro, M. S.; Weffort, E. F. J. (2014). Valor de mercado e *disclosure* voluntário: estudo empírico em companhias listadas na BMFBOVESPA. *Revista Ambiente Contábil*, 6(2), 94-115. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4886>

Souza, M. M.; Borba, J. A. (2017). Value Relevance do Nível de Disclosure das Combinações de Negócios e do Goodwill Reconhecido nas Companhias de Capital Aberto Brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(73), 77-92. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1808-057x201703240>

Suave, R.; Codesso, M. M.; Pinto, H. M.; Vicente, E. F. R.; Lunkes, R. J. (2013). Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. *Revista da UNIFEBE*, 1(11). Recuperado de <https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/RevistaUnifebe/article/view/130>

Schipper, K. (2007). Required disclosures in financial reports. *The Accounting Review*, 82(2), 301-326. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/30243468>

Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32, 97-180. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8)

Viviani, S.; Fernandes, F. C. (2014). Risco legal e evidenciação de passivos contingentes em empresas petrolíferas brasileiras, estadunidenses e britânicas. *Anais Encontro da Anpad*. Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3858>